



“A vida privada existe cada vez menos”

Onde estão os limites? A psicóloga Isabel Leal, que lançou o livro “O Público, o Privado e o Íntimo”, responde

As portas separam o domínio público do privado. Quando fechamos a porta de casa temos a certeza de que o que se passa lá dentro é só nosso e de quem escolhemos para partilhar aquele espaço. Mas as portas têm buracos de fechadura, por onde é possível ver tudo o que se passa num local que deve ser reservado. Por isso mesmo, a fechadura torna-se o elemento mais apetecível da porta. Na última década, os conceitos de privacidade, espaço público e intimidade esbateram-se, ajudados em grande medida pela implantação maciça das redes sociais. Desde 2004, quando nasceu o Facebook, surgiram 1,44 mil milhões de utilizadores no mundo a partilhar tudo o que fazem ao longo dos dias, dos atos mais significantes aos mais insignificantes. Nunca se espreitou tanto pelo buraco da fechadura das portas que se semicerram ou se escancaram.

“Exatamente porque os limites do público e do privado foram ficando esbatidos, há hoje a necessidade de invocar uma terceira categoria: o íntimo”, defende Isabel Leal, psicóloga e psicoterapeuta. “O Facebook, como outras redes sociais, é apenas um instrumento que permite veicular gostos e opiniões e estes, uma vez expressos, duvido que possam ser reclamados do registo do privado. Muitos dos utilizadores não têm a perceção de que a sua exposição àquilo que consideram ser um grupo restrito pode cair na praça pública”, defende. Em pouco tempo, a tecnologia tornou obsoletas grande parte das definições e da legislação que definiam as sociedades, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948. “As novas tecnologias permitem que empresas privadas saibam onde estamos, o que compramos — e refaçam os nossos trajetos, hábitos e forma de vida.”

Há questões eternas sobre as fronteiras entre público e privado, como a privacidade de figuras públicas, que ganham novas dimensões. Quem expõe voluntariamente a sua vida tem direito a invocar, noutras ocasiões, resguardo? “A exposição deliberada de aspetos da vida pessoal não pode ser invocada como desistência do direito à privacidade”, considera Isabel Leal. “É o que a lei entende e o que parece de bom senso. Mas também é de bom senso que cada um preserve o que considera ser a sua intimidade, o que não quer expor e mostrar”. E a imprensa cor-de-rosa, que tem uma enorme procura, confirma que somos todos voyeuristas? “Somos todos voyeuristas e também exibicionistas. Usamos os mecanismos de identificação, projeção e identificação projetiva porque somos humanos e faz parte dessa condição o reconhecimento, valorização e desvalorização dos que nos rodeiam. Acreditamos que saber coisas sobre as pessoas, descobrir as suas idiossincrasias e manias, nos faz ter uma proximidade que estimamos”.

As novas tecnologias trazem também novos problemas. Ser fotografado na rua, “em fundo”, pode acontecer a toda a hora. Isso não colide com o direito à privacidade? “Claro que sim”, afirma a professora no ISPA. “O problema é que isso se tornou uma banalidade. Há câmaras nas lojas, nas ruas, nos hospitais, nas escolas, nas empresas. Perdemos o direito à própria imagem e nem nos demos conta”, considera. A privacidade ainda o é? “Embora esteja consagrada na lei, o que se verifica é que já foi”, defende Isabel Leal. A nossa intimidade, avisa, “já não é garantida através da proteção da privacidade que, entretanto agonizou. A vida privada existe cada vez menos”. / KATYA DELIMBEUF